



Agosto de 2020

Direção do Sinpeem prepara outro golpe, com uma eleição fraudulenta para o Conselho.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- O fracasso do EaD na rede estadual de São Paulo.
- O que muda na Educação com a aprovação do Fundeb?
- É preciso a unidade na luta contra as demissões.

Publicação conjunta dos estaduais e municipais

POLÍTICA OPERÁRIA

Câmara Municipal de SP aprova o PL 452

É preciso convocar a Assembleia Geral já!

Quem deve decidir sobre o retorno às aulas são os trabalhadores, estudantes e comunidades!

Sem a luta nas ruas, o governo pode obrigar a categoria a retornar, mesmo sem as condições sanitárias! É urgente pôr em pé um movimento massivo e unitário em defesa dos empregos, salários e saúde pública! Os sindicatos, centrais e movimentos precisam convocar um verdadeiro Dia Nacional de Luta!

A Secretaria Municipal de Educação (SME) montou uma farsa de “diálogo” com os trabalhadores, chamada de “Fala Rede”, sobre a volta às aulas presenciais. O prefeito Bruno Covas/PSDB tinha em vista o PL 452/2020, enviado à Câmara pelo próprio Executivo, que visava estabelecer medidas e ações excepcionais para supostamente garantir um retorno “seguro”. No dia 5/8, o Projeto foi aprovado pela maioria dos vereadores.

Dizemos que a consulta era uma farsa, pois o conteúdo do PL tratou de comprovar que o único interesse do governo era ampliar sua política privatista na Educação, tendo como centro a instituição do “Programa Mais Educação Infantil”, que consiste na concessão de benefício mensal pago individualmente por criança de 4 e 5 anos, diretamente às instituições de ensino credenciadas, o que significa a ampliação da política de convênios.

O conveniamento já atinge cerca de 75% do atendimento às crianças de 0 a 3 anos nos CEIs (creches). Agora, com a aprovação desse PL, será estendido para as crianças atendidas pelas EMEIs, pelo menos até o final do ano letivo. Este, sem dúvida, é o ponto mais almejado por vários vereadores, que são notoriamente

proprietários de muitas escolas da tal “rede parceira”, portanto, têm a ganhar com isso.

O PL também institui a política de compra de materiais escolares e uniformes, medida que servirá tão somente para fazer demagogia junto às famílias, além de transferir dinheiro público diretamente para os grandes capitalistas desses setores específicos. Outra medida é a autorização para ampliar a contratação de funcionários e professores, em detrimento da exigência de concurso público, até o limite de 20% dos cargos vagos.

Quanto ao aspecto principal, que é o retorno às aulas, o Projeto não fixa data, coloca a decisão a cargo do Executivo, “ouvida a Secretaria Municipal da Saúde”. Ao mesmo tempo, diz que “será facultativo, a critério dos pais ou responsáveis, o retorno às aulas presenciais”, prometendo “garantir que não haja quaisquer prejuízos nos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes optantes pelo não retorno presencial”, promessa que obviamente não tem como ser cumprida.

Como se vê, o governo Covas/PSDB está aproveitando a situação da pandemia e a desmobilização dos trabalhadores para “passar a boiada”. A propósito da questão da volta às aulas, tratou de inserir

oportunistamente no PL medidas de claro favorecimento à iniciativa privada. Enquanto isso, prepara as condições para o retorno às aulas, atendendo aos interesses gerais da burguesia, mesmo sem qualquer garantia da preservação da saúde dos trabalhadores, estudantes e suas famílias.

A aprovação do PL demonstrou novamente que não podemos ter ilusão alguma nas disputas parlamentares. A derrota que sofremos com a imposição da Sampaprev já havia demonstrado isso. O presidente do Sinpeem e vereador, Cláudio Fonseca, dirá que a sua atuação serviu para amenizar o ataque. Porém, o fato é que estava em suas mãos convocar a categoria para a luta, e não cumpriu esse papel elementar de uma direção classista. O combate que

deveria ser travado era pela retirada integral do PL, além de passar a decisão sobre o retorno ou não para as nossas mãos.

E aqui está o problema central: o argumento de que realizar uma assembleia provocaria “aglomeração” está completamente vencido. Não existe mais a quarentena para além da cidadela da Educação, e a burguesia exige romper essa barreira, “morra quem morrer”.

A Corrente Proletária na Educação defende a convocação imediata de uma assembleia da categoria. É preciso retomar a luta nas ruas, com o método da ação direta! As direções precisam sair do imobilismo e unificar os explorados em torno da defesa dos empregos, salários e Saúde pública, convocando um verdadeiro Dia Nacional de Luta!

Capitalistas da Educação pressionam pelo retorno às aulas presenciais

Entre os capitalistas que pressionam os governos para a volta às aulas estão os donos dos conglomerados educacionais. Ao verem seus negócios ruírem diante da crise pandêmica, exigiram medidas do governo para salvá-los. A MP 936 confortou o setor, que pôde decretar férias, cortar salários e, finalmente, demitir profissionais.

Porém, os pequenos e médios capitalistas estão à beira da ruína. Os ligados à Educação Infantil que ainda não faliram choramingam por mais subsídios dos governos.

Em SC, o SINEPE (Sindicato das Escolas Particulares) postou um vídeo completamente fora da realidade, dizendo que as escolas estão prontas para receber as crianças. O vídeo, apelativo aos pais de classe média, mostra o desespero de camadas intermediárias da burguesia direitista.

Na capital paulista, os empresários fizeram uma

carreata na Ponte Estaiada, pedindo que o Poder Público ouvisse a reivindicação desse segmento, de retomada das aulas, e principalmente para que acelerasse a aprovação do PL 452, ampliando as parcerias da Prefeitura com a rede privada. Assim, não demorou para a hipocrisia de Doria e Covas, em torno do lema “salvar vidas”, cair por terra. O PL 452 acabou aprovado, mostrando os seus verdadeiros interesses.

A Corrente Proletária vem, desde o começo da quarentena, defendendo que as direções sindicais rompam com a política burguesa do isolamento social e chamem as assembleias para tirar a classe da passividade e organizar a luta coletiva diante de mais ataques que estão chegando. Esse é o caminho para combater as atrocidades dos capitalistas e seus governos.

É PRECISO A UNIDADE NA LUTA CONTRA AS DEMISSÕES

No boletim anterior, fizemos a denúncia sobre as demissões que o setor da educação está sofrendo. Na rede estadual de ensino, já são 35 mil trabalhadores contratados que perderam a possibilidade de trabalho com a suspensão das aulas presenciais. No setor privado, grandes universidades estão demitindo ou reduzindo jornada (Unip, Uninove, Sumaré etc.) ou determinando que a jornada reduzida seja transformada em um banco de horas, como é o caso dos professores da Universidade Anhanguera.

Soma-se a essa situação dos docentes, a dos trabalhadores terceirizados da rede estadual e municipal. Segundo matéria do jornal Globo e informe do SindiRefeições, “mais de 4 mil merendeiras das escolas municipais e estaduais de São Paulo foram demitidas em meio à pandemia do coronavírus”. Ainda segundo o sindicato, pelo menos 10 empresas prestam serviços para a prefeitura e para o governo do estado e possuem 9 mil trabalhadores. Ou seja, a demissão chegou a quase

50% do total de trabalhadores desse setor.

Como se vê, há muitos motivos para que os sindicatos da educação unifiquem a luta contra o desemprego. O movimento convocado pela Apeoesp no dia 29 de julho não foi suficiente para demover o governo Doria de manter as demissões na educação. É preciso avançar na luta. Sair do imobilismo das redes virtuais e das carreatas e ganhar as ruas em grandes manifestações em defesa do emprego, do salário e da saúde pública.

O que muda na Educação com a aprovação do Fundeb?

No dia 21 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou um substitutivo da PEC 15/2020, garantindo o caráter permanente ao Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), obrigando a um aumento do percentual das verbas destinadas pela União, que deverá chegar a 23% em 2026, entre outras medidas. Falta ainda a aprovação no Senado.

Bolsonaro sequer queria revalidar o Fundo, que teria o seu prazo encerrado em dezembro de 2020. O que provocaria um caos imenso, tendo em vista que as verbas já são escassas. A pressão de governadores e prefeitos obrigou o Congresso Nacional, todavia, a votar um novo projeto. Bolsonaro e Guedes tentaram apresentar emendas, que desfigurariam completamente o Fundeb. A descarada manobra foi rejeitada pela imensa maioria dos deputados.

Nesse sentido, pode-se dizer que há motivos para a burocracia sindical comemorar a votação como uma vitória. Afinal, caso fossem aprovadas as emendas de Paulo Guedes, o Fundeb estaria liquidado e junto dele o Plano Nacional de Educação, que sobrevive como uma sombra.

Essa “vitória”, no entanto, deve ser analisada do ponto de vista da realidade concreta da Educação brasileira. O financiamento da educação pública, baseado na carga tributária dos estados e municípios, reflete a forma da centralização burocrática e do desenvolvimento desigual, de modo que a denominada “descentralização” serviu aos estados mais industrializados e mais ricos. A alta concentração de riqueza, sob o controle da burguesia, corresponde à concentração regional e ao saque imperialista.

A dimensão financeira do problema da educação básica, contudo, empalidece diante da questão social. A baixa aprendizagem e a evasão não são consequências diretas do financiamento da educação. A pobreza e a miséria são as suas causas diretas.

Para a Corrente Proletária na Educação, a falência do ensino não se explica pelo baixo financiamento, nem pelo “modelo”, pela “gestão” ou pelo “currículo”. Certamente, aí estão alguns dos ingredientes do fracasso, afinal, os recursos são escassos, o pouco que se tem é desperdiçado, aplicado num formato arcaico e concretizado através de um currículo absolutamente divorciado do mundo real.

A verdadeira raiz do problema é mais profunda: a finalidade da Educação, que é o conhecimento, é impossível de se consumir devido à separação entre teoria e prática, separação levada às últimas consequências sob capitalismo. A propriedade privada dos meios de produção impede o livre desenvolvimento da ciência e das forças produtivas em geral.

A saída para os explorados é enfrentar a falta de verbas, bem como o conjunto das manifestações da decomposição do ensino, com a luta coletiva. O combate pela preservação e aumento das verbas deve fazer parte da mobilização mais ampla contra os ataques da burguesia sobre os explorados. É preciso defender o financiamento integral da Educação pelo Estado e defender o seu caráter público, gratuito, vinculado à produção social, para todos e em todos os níveis, e sob controle dos estudantes e trabalhadores.

O fracasso do EaD na rede estadual de São Paulo

Temos denunciado sistematicamente que os governos e a burguesia têm avançado, durante a pandemia, em seu intento de ampliar a aplicação do Ensino a Distância (EaD). O objetivo deles é reduzir gastos, ampliar o controle ideológico e lucrar mais e mais.

Agora, com o encerramento do segundo bimestre, percebemos mais uma vez o completo fracasso do EaD. Os alunos, ainda que de maneira instintiva, boicotam o EaD. É irrisório o número de alunos que tem feito as atividades e as

enviado aos professores.

O EaD do governo não se aplica, por vários fatores. O mais importante é a condição miserável em que vivem as famílias, morando em casebres, sem qualquer estrutura. Antes da pandemia, vários arrimos de famílias já haviam perdido seus empregos, o que só se agravou depois.

Mesmo se os governos equipassem os alunos com a melhor tecnologia disponível e demais recursos, o que não irá ocorrer, o fracasso estaria dado do

mesmo jeito. Isso porque o EaD acentua o divórcio entre a teoria e a prática, raiz da decomposição da educação.

A Corrente Proletária na Educação rejeita completamente o EaD. É preciso pôr em pé uma campanha nacional contra o EaD! Para isso, os sindicatos e as entidades estudantis (UNE, UBES etc.) têm de convocar as assembleias presenciais, onde poderemos organizar a luta contra essa e as outras medidas privatistas e de precarização da Educação!

POR EM PÉ UM MOVIMENTO POR EMPREGO, SALÁRIO E PROTEÇÃO SANITÁRIA!

Que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias. Unir empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais!

Direção do Sinpeem prepara outro golpe, com uma eleição fraudulenta para o Conselho

A Corrente Proletária na Educação denuncia a direção do Sinpeem por mais um ataque ao princípio da democracia operária. Depois de ter levado adiante - em plena pandemia, com as escolas fechadas - a eleição da Diretoria do sindicato pela via on-line, agora quer realizar a eleição para o Conselho Geral nos mesmos moldes.

O agravante é que não divulgou e deu um prazo irrisório para a inscrição dos candidatos, das 10h às 16h do dia 4/8, exclusivamente. É evidente a manobra para que se inscrevessem apenas os seus correligionários.

Nossa corrente inscreveu os seus candidatos, pois ninguém sabia e ainda não sabe ao certo quando e como serão as eleições - não há nem sombra de transparência no Sinpeem, as coisas são decididas de forma vertical pelo caudilho Cláudio Fonseca. Assim, caso as eleições se deem de forma presencial e com as escolas funcionando, poderemos participar.

O problema é que todos sabem que essa hipótese é muito improvável. Tudo indica que a burocracia sindical consumará mais um golpe contra a categoria, para se perpetuar e mesmo

ampliar o seu controle sobre o aparato. Confirmando-se esse quadro, retiraremos nossas candidaturas, como forma de protesto, dado que seria impossível permanecer no pleito, sob o risco de legitimar a fraude.

Está colocada, para a vanguarda com consciência de classe, a tarefa de erguer uma poderosa fração classista e revolucionária no interior do Sinpeem e dos demais organismos dos explorados. O enfrentamento com os governos e a burguesia, ainda mais nesse contexto de crise econômica e pandêmica, exige que retomemos as nossas ferramentas de luta, que são os sindicatos, expulsando as burocracias traidoras e parasitas.

A Corrente Proletária na Educação defende que as eleições para qualquer instância do sindicato se deem de forma presencial, respeitando o princípio da democracia operária e da independência de classe. A eleição dos representantes da categoria é um momento de avaliação política da gestão que se encerra, fazendo um balanço dos erros e acertos. Nesse sentido, deve servir para preparar os próximos embates. Não a mais uma fraude no Sinpeem!

A luta dos professores temporários de São Gonçalo, Rio Grande do Norte, contra as demissões se depara com a inflexibilidade do prefeito. As condições da pandemia e a ausência de um movimento geral em defesa dos empregos dificultam a vitória dos professores, apesar de manter a luta acesa há várias semanas. A campanha de moções teve receptividade e ajudou a elevar a resistência do movimento. Chamamos os sindicatos a interviem com maior rigor em favor da luta pelos empregos. Abaixo publicamos a lista dos sindicatos que assinaram a moção, exigindo a recontratação de todos os professores temporários.

Campanha nacional de defesa dos empregos

No dia 3 de julho, o prefeito Paulo Emídio, do município de São Gonçalo do Amarante/RN, rescindiu o contrato de 186 região metropolitana de Natal, por meio do decreto nº 1225/2020, rescindindo o contrato de 186 professores temporários, com a desculpa da pandemia. O contrato dos temporários se encerraria no dia 31 de dezembro. Os temporários sustentam parte do funcionamento da educação pública na cidade. É por isso que, todos os anos, a prefeitura faz o contrato com estes trabalhadores. Além de atribuir a jornada suplementar para os professores efetivos.

Diante das demissões, os trabalhadores se mobilizaram, realizando várias marchas para exigir: fim das demissões e reintegração já.

Moção de apoio aos professores demitidos

Os sindicatos e movimentos se solidarizam com as manifestações dos professores temporários do município de São Gonçalo do Amarante/RN e apoiam as reivindicações de fim das demissões e de reintegração já. De forma alguma, aceitamos demissões e, principalmente, nas condições de uma pandemia que atinge a maioria da população e que tem causado grandes estragos à vida e ao trabalho.

Vimos diante do prefeito de São Gonçalo do Amarante/RN e da governadora do estado para que atendam prontamente as reivindicações dos professores demitidos.

Ao Exmo. Sr.
Paulo Emídio de Medeiros
Prefeito de São Gonçalo do Amarante/RN
Rua Alexandre Calvacanti, s/n - Centro
São Gonçalo do Amarante/RN
CEP: 59291-662



Fortaleza, 21 de julho de 2020.
Matheus Marley Lima de Oliveira
(Presidente)

Seguem anexas as moções de apoio aos professores demitidos do município de São Gonçalo do Amarante/RN, destinadas ao prefeito para que atenda as reivindicações de fim das demissões e reintegração já ao emprego, conforme entidades listadas abaixo:

- 1) APEOESP - Subsele Itaquera
- 2) APEOESP - Subsele Litoral Sul
- 3) APEOESP - Subsele Caraguatatuba
- 4) APEOESP - Subsele Oeste Lapa



Lista de todas as moções: 1) APEOESP - Subsele Itaquera / 2) APEOESP - Subsele Litoral Sul / 3) APEOESP - Subsele Caraguatatuba / 4) APEOESP - Subsele Oeste Lapa / 5) APEOESP - Subsele de Mogi das Cruzes / 6) APEOESP - Subsele Atibaia / 7) APEOESP - Subsele Mauá / 8) APEOESP - Subsele Itapevi / 9) CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino / 10) SINPRO - Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos / 11) SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical Natal - RN / 12) Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN - SINTE/RN / 13) SINTEST/RN (Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do RN) / 14) SINDESIND/RN - Sindicato Estadual dos Empregados em Entidades Sindicais, Associações, Escritórios, Consultórios, Centrais Sindicais, Partidos Políticos, Federações e Confederações do RN / 15) SINDIPROL/ADUEL - Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região / 16) SINDSEP - Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo / 17) CSP-CONLUTAS/SP - Central Sindical e Popular / 18) Grêmio Estudantil da Escola Adalgisa Bonfim Soares (Fortaleza/CE) / 19) União dos Estudantes Secundaristas Potiguar - UESP / 20) DCE UFRN, Centro Acadêmico dos Estudantes de Filosofia da UFRN - CAFIL, Representantes Discentes CCHLA, Juntos, Luta Educadora e Corrente Proletária na Educação / 21) Sindicato dos Bancários/RN / 22) SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião/SP / 23) Pastoral Operária Metropolitana de SP / 24) Sindicato dos Metroviários de São Paulo/SP / 25) FNP - Federação Nacional dos Petroleiros / 26) Sindicato dos Professores Municipais de Cubatão - SindPMC / 27) CRECE CENTRAL - Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola de SP / 28) SINDEMA - Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.